

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 983.479 - MG  
(2016/0243316-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**AGRAVANTE : EMILIANO DUARTE MACIEL**

**ADVOGADOS : EDUARDO BRUNO AVELLAR MILHOMENS -  
MG100603**

**LEONARDO AUGUSTO MARINHO MARQUES -  
MG074495N**

**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS**

### **EMENTA**

PENAL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE QUESITO OBRIGATÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE SUA REDAÇÃO. PRECLUSÃO. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do art. 13, § 1º, do CP, para que a causa relativamente independente superveniente exclua a imputação penal, é necessário que ela, por si só, tenha produzido o resultado. Na hipótese, os jurados, ao serem indagados no quesito 2, deliberaram que as lesões provocadas pelos disparos de arma de fogo deram causa à morte da vítima, situação que afasta não só a concausa alegada mas também a nulidade arguída por falta de quesito obrigatório.

2. Quanto à deficiência na redação do referido quesito, a pretensa nulidade apontada pela defesa não foi registrada em ata – documento que traduz o ocorrido em plenário – e, portanto, estaria preclusa.

3. Agrado regimental não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agrado regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

